

ECONOMIA POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DAS “PÁGINAS AMARELAS” DA REVISTA VEJA EM 1989

Fausto Cheida Curadi¹
Leonardo Brandão²

RESUMO

O artigo realiza, inicialmente, uma historicização sobre desenvolvimento – a ciência regional – e a revista *Veja*, particularmente suas páginas amarelas. Ao todo foram analisadas vinte e três entrevistas, mas em função dos limites de um artigo, aqui serão apresentadas as análises de três entrevistas: a realizada com o economista Octávio Gouvêa de Bulhões (edição de 4 de janeiro de 1989); a de Roberto Campos (edição de 21 de junho de 1989); e de Maílson da Nóbrega (edição de 24 de dezembro de 1989). O objeto é averiguar uma possível divulgação do neoliberalismo através da revista *Veja*, no período de 1989. O intuito é verificar como essa ideologia política e econômica foi ganhando a aceitação dos veículos da imprensa, neste caso em particular, da revista *Veja*. O artigo demonstra que esse semanário, um dos mais lidos e, por conseguinte, com alto poder de formação de opinião, claramente não organizou um debate imparcial de ideias e livre de interesses.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Território. Veja. Imprensa.

POLITICAL ECONOMY AND DEVELOPMENT: AN ANALYSIS OF THE "YELLOW PAGES" OF THE VEJA MAGAZINE IN 1989

ABSTRACT

The article initially carries out a historicization on development - regional science - and *Veja* magazine, particularly its yellow pages. In all, twenty-three interviews were analyzed, but according to the limits of an article, the analyzes of three interviews will be presented here: the one performed with the economist Octávio Gouvêa de Bulhões (edition of January 4, 1989); that of Roberto Campos (edition of June 21, 1989); and Maílson da Nobrega (edition of December 24, 1989). The object is to investigate a possible dissemination of neoliberalism through the magazine *Veja*, in the period of 1989. The purpose is to verify how this political and economic ideology has gained acceptance of the vehicles of the press, in this particular case, *Veja* magazine. The article shows that this weekly newspaper, one of the most read and therefore highly opinion-forming, clearly did not organize an unbiased debate of ideas and free of interests.

Keywords: Development. Territory. Press.

JEL: P0, O1

1 INTRODUÇÃO

Após a Crise do Capitalismo Liberal em 1929 – e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) – houve diversas transformações de caráter social e econômico no

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional pela FURB. Sócio-administrador da AMX Capital, empresa voltada a consultoria de investimentos. Professor de pós-graduação nas disciplinas de Economia, Administração Financeira e Mercado de Capitais. E-mail: fcuradi@gmail.com

² Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pós-doutorado em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor da Universidade Regional de Blumenau e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. E-mail: brandaoleonardo@uol.com.br



mundo ocidental. O contexto econômico, antes pautado por um liberalismo predominante, recebeu o keynesianismo e sua concomitante intervenção estatal como um bálsamo, revitalizando o capitalismo. A mensagem essencial de Keynes em sua *Magnus Opus*³ era a de que o sistema capitalista é inerentemente inconstante. A *Mão Invisível* smithiana, que deveria convergir os interesses individuais aos coletivos e os mecanismos automáticos de reequilíbrio dos mercados, falham ao entregar recuperação econômica e pleno emprego (KEYNES, 1983). O desafio da época, nesse contexto, era a reconstrução de uma sociedade mais equitativa e venturosa.

As novas práticas econômicas implementadas, capitaneadas por um Estado atuante e planejador, mostraram-se exitosas, engendrando os *Trinta Gloriosos* (FOURISTIÉ, 1979). Como não poderia ser diferente, a academia acompanhou essas alterações. Os economistas com *expertise* nos desdobramentos do crescimento e desenvolvimento econômico nos espaços geográficos ganharam notoriedade social na medida em que as práticas keynesianas mostravam-se fecundas e materializavam-se nos territórios. Walter Isard, em 1954, fundou uma agremiação de especialistas em organização econômica do espaço, no intuito de facilitar a circulação de ideias entre esses profissionais, no seio de uma associação denominada *Regional Science Association*. Esse é o marco fundamental da gênese da Ciência Regional (BENKO, 1998).

Inicialmente, a ciência regional desenvolve-se na encruzilhada de diversas disciplinas: Economia, Geografia, Sociologia, Ciência Política e Antropologia. Isso deriva-se do fato de que sua unidade de análise é o território e, principalmente, a averiguação da intervenção humana nesses espaços. Como a interferência humana na natureza surge como consequência da produção e reprodução material da própria vida, essencialmente temos a ciência econômica como disciplina nuclear, sobretudo seu ramo mais especializado: a economia espacial. A geografia aparece em paralelo com a economia no âmago dos estudos regionais, na medida em que a geografia explica as paisagens, o relevo e ação benéfica ou deletéria humana na preservação do ambiente e na superfície da Terra (CLAVAL, 1968). A sociologia, embora evidencie mais as práticas e as relações sociais, também é insumo da ciência regional na medida em que a ocupação humana no espaço é fruto do

³ “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro”, publicada em 1936.

conjunto de interações humanas. A ciência política garante um supedâneo oficial e legal ao desenvolvimento regional, ordenando o território. Em síntese, a ciência regional problematiza todos os desafios sociais nas suas dimensões espaciais, aplicando inúmeras convenções de averiguação analítica e empírica (ISARD, 1975).

A Ciência Regional ergue-se, dessa forma, como uma resposta multidisciplinar para buscar a resolução dos problemas sociais espacializados, na medida em que o crescimento econômico divide o espaço em diferentes compartimentações produtivas e materiais. De fato, a partir do pós-guerra, a prosperidade econômica reaparece no globo, mas há a preocupação que ela seja distribuída para todas as regiões do mundo. Portanto, deve-se direcionar os fluxos produtivos, regular as migrações demográficas, motivar o investimento em algumas áreas, promover a inversão produtiva nas periferias. Para a soluções desses desafios espaciais, invoca-se a ciência regional.

A questão que colocamos é: sendo a ciência regional um produto das relações das disciplinas supracitadas, até que ponto outras ciências, como a história, a semiótica ou a comunicação social, por exemplo, não podem também somar-se a ela quando o objeto de pesquisa assim permitir ou solicitar? Em termos mais exatos: se nos últimos anos os chamados “meios de comunicação”, tais como jornais ou revistas de grande circulação, apresentam impactos no direcionamento da agenda política de um país ou região – e em consequência na sua dinâmica de desenvolvimento – eles também não deveriam figurar como um corpo documental de interesse do pesquisador que se preocupa com a ciência regional/desenvolvimento regional? Em outros termos: ignorar o papel dos meios de comunicação nos processos de desenvolvimento não seria excluir um dado essencial na produção dos saberes que levam a esse ou aquele desenvolvimento? Se a resposta a tais indagações for positiva, então os meios de comunicação devem fazer parte da ciência regional e podem ser trabalhados dentro dos programas de pós-graduação em Desenvolvimento Regional.

Os meios de comunicação de massa, como o rádio, a TV, o cinema, as mídias digitais, os jornais e revistas são instrumentos propagadores de discursos. Assim, uma primeira esfera de pesquisa que o pesquisador em Desenvolvimento Regional precisa atinar para o trabalho com essa forma de documentação é o caráter discursivo das mesmas, e sobretudo buscando compreendê-las em sua

capacidade de influenciar a opinião pública, fomentar imaginários e, por fim, modos de ação.

Além disso, é importante frisar que o trabalho com os meios de comunicação como fonte na pesquisa em Desenvolvimento Regional não deve prescindir da dimensão histórica. É através do olhar histórico – analisando essas fontes ao longo do tempo – que podemos avaliar melhor até que ponto eles poderiam ter defendido ou negado determinados tipos de desenvolvimento, muito deles ligados tanto a partidos políticos quanto a modelos de pensamento. Assim, para efetuarmos tais pesquisas devemos avaliar, de forma qualitativa, os discursos difundidos em períodos determinados cronologicamente.

Nosso objetivo, especificamente, é averiguar uma possível divulgação do neoliberalismo através da revista *Veja*, no período de 1989. O intuito é verificar como essa ideologia política e econômica foi ganhando a aceitação dos veículos da imprensa, neste caso em particular, da revista *Veja*. Assim, uma vez o neoliberalismo tendo sido incorporado no país, seu receituário acabou por orientar as políticas de desenvolvimento, e isso tanto a nível nacional quanto regional. A escolha do ano de 1989, especificamente, advém do fato de que este lapso temporal abrigou a primeira eleição direta para Presidente da República após 25 anos.

2 UMA BREVE HISTÓRIA DA REVISTA VEJA

Sabemos que a leitura, atualmente, é identificada como uma das formas mais usuais de informação. No Brasil não é diferente. A revista *Veja* configura-se, no período de estudo, como uma das publicações mais lidas e com uma capilaridade bastante estendida dentro do nosso país. Em 1988, sua tiragem chegou em 800 mil exemplares, tornando-se a quinta maior revista semanal de informação do mundo, figurando na quarta posição (com 1,208 milhão) poucos anos depois, atrás apenas da *Time* (1º colocada com 4,63 milhões), *Newsweek* (2º colocada com 3,15 milhões) e *U.S. News & World Report* (3º colocada com 2,4 milhões), todas dos EUA (MIRA, 2001).

Para elucidarmos a gênese da revista *Veja*, faz-se necessário trazer à tona algumas informações sobre o mercado de revistas e a evolução no tempo desta forma específica de comunicação.

As revistas podem ser divididas em dois grandes grupos: 1º) revistas de consumo, geralmente focadas em grandes grupos da população, pagas; 2º) revistas especializadas, focadas em um tipo específico de profissional ou nicho de mercado, normalmente gratuitas.

A primeira revista de consumo do mundo foi a *Time*, criada em 1923, nos Estados Unidos. No Brasil, o grupo *Diário Associados*, capitaneado pelo empresário, jornalista, político e mecenas Assis Chateaubriand, lançou a revista *O Cruzeiro*, em 1928, inaugurando este tipo de publicação no país. Mas a despeito de Chateaubriand, o mercado de revistas de consumo no Brasil dificilmente pode ser estudado, separado da história e ascensão do empreendedor ítalo-americano, Victor Civita e da sua família.

Esse nova-iorquino imigrou para o Brasil em 1949 e fundou a Editora Abril. Após a negociação dos direitos da Disney para o Brasil e Argentina efetuada por seu irmão, Victor publicou no Brasil, em 1950, *O Pato Donald* e, em 1952, *Capricho*, ambos um enorme sucesso de vendas. Outro marco nacional, também em 1952, foi a publicação, pela Bloch Editores, de *Manchete*, uma revista de grande apelo visual e afinada com o governo de Juscelino Kubitschek (CORRÊA, 2012).

Os frutos colhidos pelas revistas infantis e de fotonovelas permitiram a Editora Abril explorar segmentos ainda pouco desbravados no Brasil. Em 1959, lançou *Manequim*, uma revista de moldes – desenhos e fotos de moda – e em 1960, *Quatro Rodas*, a primeira revista automobilística. Para atender o público feminino, uma fatia bastante considerável do mercado, a Editora Abril publicou em 1961 a revista *Cláudia*.

Realidade foi publicada em 1966, concebida por Roberto Civita, filho de Victor, que reuniu um time de redação com os importantes repórteres e autores de texto da época. Roberto havia acumulado experiência acadêmica e prática, pois concluiu nos EUA um trabalho acadêmico sobre a Editora Curtis, da Philadelphia, e um estágio no grupo *Time-Life*, antes de vir para o Brasil. A revista abordava assuntos considerados tabus: racismo, fome, maconha, o clero de esquerda, casamento de padres, etc. A publicação, além das edições rotineiras, apresentava edições especiais: “A mulher brasileira, hoje”, de janeiro, 1967; “A juventude

brasileira, hoje”, de setembro, 1967⁴; “Amazônia”, de outubro, 1971; “Nossas Cidades”, de maio, 1972⁴ (BRAGUINI, 2014).

Em 11 de setembro de 1968 é lançada *Veja*, na verdade, *Veja e Leia*, subtítulo incluído, a fim de evitar supostas acusações de plágio com a revista norte-americana *Look*. Uma campanha gigantesca de *marketing* foi montada, com transmissão de quase todas as emissoras de TV do país no horário nobre do dia, mostrando a produção da revista e o trabalho de alguns repórteres. Além da caríssima campanha publicitária, a logística de distribuição da revista foi cuidadosamente arquitetada para ela estar disponível nas bancas no primeiro dia útil da semana, em todos os municípios brasileiros (MIRA, 2001).

Os motivos do lançamento de *Veja*, pela Editora Abril, estão bem claros na carta da edição n.1, assinada por Victor Civita:

O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa de informação rápida e objetiva a fim de escolher novos rumos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios, da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado, e este é o objetivo de *Veja* (*VEJA*, edição 1, 11 de setembro de 1968, p.21).

Roberto Civita criou *Veja* para vender informação às pessoas. Os desafios para o êxito de uma publicação com essa missão não eram pequenos, principalmente pela época de seu lançamento, uma vez que se tratava de um período histórico anterior ao advento da Internet.

Desde 1945, com o fim da 2ª Guerra Mundial, até 1991, com o desmantelamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o globo viveu sob a pressão dos grandes blocos de poder rivais à época, sendo dividido entre as potências capitalistas e socialistas. Nesse período, conhecido como Guerra Fria, o mundo se tornou expectador de uma corrida bélica, tecnológica e científica, além de viver sob a ameaça constante da possível eclosão da 3ª Guerra Mundial. Em maio de 1968, em especial, protestos estudantis transformaram-se em uma greve geral dos trabalhadores na França e, rapidamente, adquiriu significado e

⁴ *Realidade* foi publicada de 1966 a 1976 e foi extinta devido a modernização dos jornais e à expansão do jornalismo na TV.

proporções revolucionárias, levando o presidente francês, De Gaulle, convocar eleições para junho do mesmo ano.

O ambiente nacional não era menos conturbado. Desde 1964 o regime militar vigorava no Brasil, e em dezembro de 1968 sua face mais vil surge: a promulgação do Ato Institucional Nº5 (AI-5) que, sucintamente, autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a: decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos Estados e Municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do *habeas-corpus*.

A atuação política de Victor Civita sempre foi bem discreta. Por não ser brasileiro nato, temia acusações e críticas. Ocupava-se mais com o entretenimento, cultura e informações na Editora Abril. Roberto Civita, por outro lado, devido a sua formação em economia e jornalismo, acreditava que o papel da imprensa:

não é ir trabalhar nos bastidores nem chegar ao ministro X e pressioná-lo; mas sim, colocar para o leitor, tentando mudar a cabeça das pessoas nas suas páginas e não nos gabinetes (CIVITA, R. *apud* MIRA, 2001, grifos nossos).

A despeito do intenso esforço inicial, tanto em termos de divulgação, quanto em formação de equipe e investimentos, a vendagem inicial foi decepcionante. Na verdade, *Veja* operou no vermelho aproximadamente nos cinco primeiros anos. Leitores e publicitários apostaram no primeiro número, mas a revista não vingou. De acordo com Thomaz Souto Corrêa:

Era uma revista cheia de texto, que inaugurava no Brasil o gênero das *newsweeklies*, revistas semanais de informação, na escola das americanas *Times* e *Newsweek*. Não tinha o formato grande de *Manchete*, nem tantas páginas coloridas. Para um público que não conhecia o gênero, a revista era muito compacta, com muito texto para ler, e a novidade não foi muito bem entendida (CORRÊA, 2012, p.222).

A reversão do fracasso inicial e o posterior sucesso de *Veja* possui dois lados: um de cunho operacional e outro jornalístico. Para elucidarmos a questão jornalística, é importante abordarmos, antes, um de seus principais editores: Mino Carta.

Conhecido como Mino, Demetrio Giuliano Gianni Carta nasceu na cidade italiana de Gênova, em 6 de setembro de 1933, filho de Gianino Carta, jornalista e professor de História da Arte, e de Clara Carta, escritora. Em 1946, imigrou para São Paulo com os pais. Chegou a cursar Direito da Universidade de São Paulo (USP), mas não concluiu o curso. Dirigiu as equipes de criação da revista *Quatro Rodas* (1960), *Jornal da Tarde* (1966), *Veja* (1968) e *CartaCapital* (1994). Foi também diretor de redação das revistas *Senhor* (1982), *IstoÉ/Senhor* (1988) e *IstoÉ* (1989). O único jornal que ajudou a fundar e não prosperou foi o *Jornal da República* (1979). É autor dos livros “O Castelo de Âmbar” (2000), “A Sombra do Silêncio” (2003), “Histórias da Mooca, Com as Bênçãos de San Gennaro” (1982), “O Restaurante Fasano e a Cozinha de Luciano Boseggia”, em parceria com Rogério Fasano (1996), “O Brasil” (2013) e “O Desafio de Lula” (2017). Ganhou dois Prêmios *Esso* de Jornalismo, em 1964 e 1968.

Sua história de rompimento com a *Veja* é, supostamente, devido à pressão do governo militar, que não avalizaria um empréstimo milionário à revista, enquanto ela fosse “inimiga da nação”. De acordo com relatos, tanto Victor quanto Roberto creditaram o tom e as críticas da revista ao governo militar ao punho do seu editor-geral, no caso, Mino Carta. Sua demissão, em 1976, resolveu o impasse⁵.

Antes disso, entretanto, Mino, em 1969, reformulou a revista *Veja*. Primeiramente, adicionando fascículos na publicação – técnica usada até hoje – sendo o primeiro sobre a conquista da Lua e fotos trazidas pelos astronautas da Apollo 11. A segunda, introduzindo as entrevistas com personalidades, as denominadas “páginas amarelas”. A terceira, incluindo um “caderno de investimentos” no final da revista. Além de todas essas alterações, desenvolveu-se, a partir de 1971, uma ampla campanha de assinaturas, com o objetivo de aumentar a circulação da revista. Os resultados não tardaram a aparecer (MIRA, 2001).

Na sua história, a revista foi protagonista de alguns eventos nacionais, destacando-se o jornalismo investigativo sobre a corrupção no governo do presidente Fernando Collor de Mello (PRN) – a entrevista com Pedro Collor, irmão do presidente, foi o estopim que culminou no seu *impeachment* – e sobre a corrupção nos governos federais do Partido dos Trabalhadores (PT) de Luís Inácio

⁵ <http://www.vermelho.org.br/noticia/213422-1>. Acesso em: 05 ago. 2016.

Lula da Silva (2002-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) – que também foi impedida⁶.

Veja tornou-se a maior revista do Brasil. De acordo com o Instituto de Verificador de Comunicação (IVC) e com a Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER), a tiragem semanal de janeiro de 2014 a janeiro de 2016 foi de 1.118.000 exemplares, somando a versão impressa com a digital (ANER, 2016). A 2^o colocada, que é a revista *Época*, da Editora Globo, apresenta-se com 390.000 no mesmo período.

Mas não só de rosas vive a publicação. Com o passar do tempo, a revista foi acumulando sucessos mas também inúmeras críticas. *Exempli gratia*, há relatos de que todos os textos da *Veja*, após serem escritos por seus repórteres, passam por alterações. A jornalista Cynara Meneses escreveu em seu blog “socialistamorena” uma coluna com as razões de sua saída da *Veja*. De acordo com ela:

Mas no texto aconteceu algo pelo qual nunca passei em mais de 20 anos de carreira: foi incluída uma frase, entre aspas, que não apurei. Em 14 anos de *Folha de São Paulo*, entre indas e vindas, como repórter fixa ou colaboradora, jamais modificaram um texto meu desta maneira. Em seis anos de *CartaCapital*, muito menos. Em nenhum lugar onde trabalhei aconteceu algo nem sequer parecido. Está lá a frase, no primeiro parágrafo da matéria: “Parece a madrasta de Cinderela”. Não sei quem disse isto⁷.

Além disso, a revista, mesmo apresentando números crescentes de tiragem e vendas, passa por uma crise financeira e consequente reestruturação. Alguns andares do prédio onde funcionava o Grupo Abril foram devolvidos para seus verdadeiros donos, o Banco do Brasil, resultando em uma reorganização do espaço do condomínio. Corte de custos, compactação de instalações e demissões de colaboradores e funcionários. De modo geral, este quadro é resultado de uma crise mais ampla que acomete o jornalismo mundial, advindo sobremaneira pela difusão da Internet (SILVA, 2016).

⁶ Os motivos que levaram ao impedimento da presidente Dilma Rousseff são contraditórios e polêmicos. O prof. Dr. Michel Löwy, sociólogo e diretor emérito de pesquisas do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) em Paris, por exemplo, intitula o caso como um golpe de estado: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/17/michael-lowy-o-golpe-de-estado-de-2016-no-brasil/>. Acesso em 15 maio 2016. O Prof. Dr. Osvaldo Angel Coggiola, professor de História Contemporânea da Universidade Estadual de São Paulo (USP) e até Bernie Sanders, candidato democrata a corrida presidencial americana em 2016, também partilham das mesmas conclusões. <http://www.sedufsm.org.br/index.php?secao=noticias&id=4006> e <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/08/bernie-sanders-pede-que-eua-se-posicionem-por-eleicoes-no-brasil.html>. Acesso em 15 ago. 2016.

⁷ <http://www.socialistamorena.com.br/por-que-entrei-na-veja-e-por-que-sai/>. Acesso em: 27 jul. 2016.

Há também algumas evidências de um estreito relacionamento entre a revista e o governo do Estado de São Paulo, de Geraldo Alckmin (PSDB). Em um caso específico – 14 de julho de 2013 – o governo renovou 5.200 assinaturas de *Veja*, dispensando a licitação. A compra custou R\$669.240,00, de acordo com o Diário Oficial do Estado (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013).

Desde a metade dos anos 2000, os governos tucanos paulistas recebem intensas desaprovações por grandes aquisições da *Veja*. Primeiramente, elas acontecem pela dispensa da licitação, quando há no mercado outras revistas semanais concorrentes. Em segundo lugar, por a revista não estar direcionada para a faixa de estudantes que recebem as assinaturas, todas para a Rede Estadual de Ensino. E por último, que esses mesmos estudantes, de acordo com seu perfil, tendem a ser informar mais pela Internet, o que provavelmente levará ao não uso das publicações e seu posterior descarte, o que resultaria em mau uso do dinheiro público⁸.

Em suma, há várias acusações de uma relação bastante clara entre a Editora Abril e uma ala política/intelectual específica, figurando a *Veja* como suposto panfleto semanal dos interesses destes grupos. Inclusive, o braço educacional do grupo (Abril Educação S.A) conta com vários projetos – Sistema Ser, Sistema Maxi, Líder em mim – bastante criticados por um viés de “direitização”, já que disseminam o pensamento neoliberal, individualista e antipopular (SILVA, 2016).

A despeito desses episódios, os números da *Veja* mostram o vigor da publicação, principalmente em tempos digitais. O mercado de revistas, com o advento da *World Wide Web*, transformou-se sobremaneira. Se em 1970 várias publicações extinguiram-se com a popularização da TV e a reformulação de vários jornais, o ano 2000 trouxe desafios inéditos para os editores de revistas, mas mesmo com os contratemplos, *Veja* segue sendo a principal revista brasileira.

A seguir, apresentamos a análise de três entrevistas publicadas nas páginas amarelas ao longo do ano de 1989. Lembramos que ao todo foram investigadas vinte e uma páginas amarelas. Entretanto, em função dos limites de um artigo, selecionamos três da totalidade das entrevistas analisadas. Contudo, com a

⁸ <http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/helena/2013/08/sem-alarde-da-midia-alckmin-renova-5-2-mil-assinaturas-daveja-2556.html>. Acesso em: 01 ago. 2016.

finalidade de ilustrar o trabalho apresentamos na figura abaixo um quadro geral com elas:

Quadro 1 - Entrevistados das páginas amarelas de 1989

Edição	Ano	Mês	Dia	Entrevistado	Assunto
1061	1989	Janeiro	4	Otávio Gouvêa de Bulhões	Economia
1064	1989	Janeiro	25	Affonso Celso Pastore	Economia
1065	1989	Fevereiro	1	Oscar Dias Corrêa	Economia e Política
1068	1989	Fevereiro	22	Henry Breck	Economia
1069	1989	Março	1	Alencar Rossi	Economia e Sindicalismo
1070	1989	Março	8	Orestes Quércia	Política e Economia
1071	1989	Março	15	Carlos Menem	Política e Economia
1072	1989	Março	22	Márcio Fortes	Economia
1075	1989	Abril	12	William Dill Rogers	Economia
1076	1989	Abril	19	Álvaro Dias	Política
1077	1989	Abril	26	Carlos Andrés Perez	Política e Economia
1081	1989	Maiο	31	Jader Barbalho	Economia
1084	1989	Junho	21	Roberto Campos	Economia
1089	1989	Julho	26	Jeffrey Sachs	Economia
1091	1989	Agosto	9	Angelo Calmon de Sá	Economia
1099	1989	Outubro	4	César Rogério Valente	Economia
1102	1989	Outubro	24	Roberto Jeha	Economia
1103	1989	Outubro	31	Wadico Waldir Bucchi	Economia
1105	1989	Novembro	15	Helio Jaguaribe	Economia
1107	1989	Novembro	29	Fernando Collor de Mello e Lula	Política e Economia
1108	1989	Dezembro	6	Léo Wallace Cochrane Jr.	Economia
1109	1989	Dezembro	13	Cesare Romiti	Economia
1110	1989	Dezembro	20	Maílson de Nóbrega	Economia

3 EDIÇÃO 1061 – 4 DE JANEIRO DE 1989: OCTÁVIO GOUVÊA DE BULHÕES

O professor e economista Octávio Gouvêa de Bulhões nasceu em 07 de janeiro de 1906. Octávio Gouvêa de Bulhões à época da entrevista concedida a *Veja* estava às vésperas de completar 83 anos. A repórter da revista *Veja*, Mariza Louven, na introdução do diálogo elenca as credenciais do professor e seus feitos quando ministro da Fazenda e o caracteriza como um economista da linha ortodoxa. O título da entrevista é “Remédio para a crise”.

Inicialmente, já verificamos seu diagnóstico para os problemas econômicos no país: a inflação, mazela nacional central, deve ser debelada imediatamente:

[...] As empresas estão, atualmente, com bastante liquidez. Dispõem de recursos que podem ser aplicados para reiniciar os investimentos. Até agora os investimentos não vêm sendo realizados porque os horizontes são tão conturbados que não estimulam a execução de projetos de longo prazo. As empresas não estão investindo porque não há confiança no futuro. Mas, no ano que vem, é possível haver recuperação dos investimentos. Basta que o

governo decida eliminar a inflação. Existe vontade de produzir, vontade de progredir. O que não podemos é desperdiçar essa vontade, que é a grande qualidade do empresariado brasileiro e dos trabalhadores nas empresas (VEJA, 04 jan. 1989, p. 5).

Bulhões, desta forma, professa o *mainstream* no prognóstico e na dinâmica de crescimento econômico nacional. De acordo com o pensamento ortodoxo⁹, a partir do ponto que as condições macroeconômicas estão estabilizadas e o nível de preços, uma destas variáveis, ancorados junto às expectativas dos agentes, o empresário, vislumbrando lucros a realizar e motivado pelo que Schumpeter denomina “espírito animal”, estaria disposto a renunciar a liquidez e imobilizaria os recursos em investimentos produtivos, movimentando as turbinas da economia brasileira (SCHUMPETER, 1982).

O papel do Estado, neste processo, seria apenas garantir o nível de preços e pode fazê-lo, segundo o entrevistado, de uma forma bastante singela:

A receita existe e é muito simples: o governo tem que reduzir suas despesas até o ponto em que sejam equivalentes à receita que obtém com a arrecadação tributária. Essa é a receita (VEJA, 04 jan. 1989, p. 5).

Déficit público zero. Esta é a forma de conseguir controlar a inflação. Bulhões complementa:

A ideia, repito, é apenas que o governo só gaste o que arrecada. Quando tomar esta decisão, o orçamento estará equilibrado, eliminando, assim, a causa fundamental da inflação. Desse momento em diante, não haverá mais necessidade de corrigir a moeda, porque a causa essencial da inflação terá sido debelada (VEJA, 04 jan. 1989, p. 5).

O entendimento da fonte primária do processo inflacionário também é manifestado aqui de forma clara. O aumento do nível geral de preços é causado, segundo a corrente ortodoxa, através de três formas: aumento de custos gerais

⁹ Segundo a conhecida “Árvore Genealógica da Economia” traçada por Samuelson, Adam Smith (1723-1790), gênio tutelar da escola clássica, gerou David Ricardo (1772-1883), o “pai de todos”, que gerou duas correntes opostas: uma, ortodoxa, personificada em John Stuart Mill (1806-1876) e nos neoclássicos Léon Walras (1834-1910), William Stanley Jevons (1835-1882), e Alfred Marshall (1842-1924), a qual gerou John Maynard Keynes (1883-1946), de quem provieram, por sua vez, os “neo” e os “pós-keynesianos” dos nossos dias; outra, heterodoxa, representada por Karl Marx (1818-1883) e seus descendentes “socialistas científicos” matizados de hoje. Esses dois ramos díspares, e seus rebentos de diferentes graus de legitimidade ou bastardia em relação aos seus respectivos troncos histórico-doutrinários, constituem a teoria e a prática da Economia contemporânea (MARSHALL, 1996, p.5-6).

(choques de oferta, pressão por salários maiores), aumento do poder aquisitivo dos compradores e conseqüente tensão na oferta de produtos ou através da contaminação da inflação passada, nos indicadores de preços futuros, quando há uma âncora psicológica bastante intensa e os agentes econômicos apenas olham o “retrovisor” do nível de preços. Denominamos cada uma dessas formas de inflação de custos, inflação de demanda e inflação inercial (GARCIA; VASCONCELOS, 2009).

As três formas de inflação têm mecanismos de combate bastante claros e sua acomodação, de acordo com o pensamento liberal, é custosa, econômica e socialmente, mas factível. A dificuldade surge quando o Estado apresenta sucessivos déficits em suas contas nominais e, para financiar este saldo negativo em suas rubricas, acaba imprimindo dinheiro e a moeda, concomitantemente, é desvalorizada. Segundo Milton Friedman:

A inflação na faixa à qual ficamos acostumados, sem falar na faixa hiperinflacionária, só se tornou possível depois que o papel moeda passou a ser multiplicada indefinidamente, a um custo insignificante; é necessário apenas imprimir números mais altos nos mesmos pedaços de papel. A inflação ocorre quando a quantidade de moeda aumenta muito mais rapidamente do que a produção, e quanto mais rápido o aumento da quantidade de moeda por unidade de produção, mais alta a taxa de inflação. Talvez não exista nenhuma outra proposição, em economia, que seja tão bem confirmada quanto esta. (FRIEDMAN, 1992, p. 179).

Dito de outra forma, a inflação para esta corrente de pensamento é um fenômeno estritamente monetário. Para ser mais específico, há diferenças nas abordagens da Escola Austríaca – Mises, Rothbard, por exemplo - e da Escola de Chicago – o monetarismo de Friedman – na explicação e conseqüências da inflação. A Escola Austríaca entende que a explicação do monetaristas é incompleta, na medida que a política monetária não é “neutra” e altera o comportamento dos preços relativos e conseqüentemente, a produção. Independente disso, ambos compartilham o entendimento de que o poder de emitir moeda pelo Estado e a cadeia de eventos seguintes descritos acima é a dinâmica mais correta do fenômeno inflacionário e amplamente aceita pelos economistas na época (até hoje, diga-se de passagem). Mas não é o único diagnóstico¹⁰.

¹⁰ <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=697> . Acesso em: 24 jan. 2017.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), por exemplo, publicou inúmeros estudos com abordagens e conclusões diferentes. De forma bastante sintética, a inflação é vista como um fenômeno que emana do conflito distributivo entre as nações e transfere-se internamente através da taxa de câmbio. As nações periféricas têm em sua pauta de exportações produtos *in natura* (commodities), e geralmente tem desvantagens no comércio internacional quando comparadas aos produtos industriais com alto valor agregado. O contínuo e histórico desfavorecimento destes termos de troca são a força motriz para o surgimento da inflação (VASCONCELOS, 2011).

Na sequência da entrevista aqui analisada, a repórter Mariza Louven pergunta a Bulhões se, já que a receita para acabar com a inflação é simples, por que o governo não consegue combatê-la. Bulhões admite que o congresso não aceitaria um orçamento fixo mas que o governo poderia simplesmente tomar a decisão, mesmo sem apoio político. Louven questiona se isso seria possível em um ano com eleições presidenciais como o de 1989, e a resposta de Bulhões é um exercício de futurologia bastante acertado:

As eleições não têm importância. É capaz de um programa anti-inflacionário sério dar muito mais crédito ao governo. É capaz, até, de fazer o governo vencer qualquer eleição debelada (VEJA, 04 jan. 1989, p. 6).

Vivenciamos isso com o duplo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Sua vitória em novembro de 1994 foi fruto da implementação do Plano Real, na qual era considerado um dos pais do programa por ser ministro da Fazenda de Itamar Franco e mostrou-se o programa de governo definitivo para a derrota da inflação brasileira. Na opinião do professor de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Carlos Fico:

Foi o sucesso do Plano Real que catapultou a candidatura de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República. Lula, que fora derrotado em 1989, também perdeu a eleição de 1994. Ele despontou na frente nas primeiras pesquisas, mas suas críticas ao Plano Real o derrotaram. [...] FHC se candidataria e seria reeleito para novo mandato em 1998, mais uma vez derrotando Lula (FICO, 2015, p. 131).

No final da entrevista, a revista posiciona-se de forma bastante conservadora quando pergunta para Bulhões se o controle da inflação poderia conter o avanço das

esquerdas. Implicitamente, o questionamento está impregnado com uma inquietação como se um possível fortalecimento de um diferente ramo político fosse uma mazela por si só. Será que é função de uma revista que se apresenta “informativa” utilizar-se de tal expediente? Esta forma de elaboração da questão denota uma expressão política clara, contaminando e colocando em xeque a função precípua da imprensa.

Ademais, a entrevistadora emenda uma preocupação, perguntando se na opinião de Bulhões, caso o governo não tomasse decisões firmes para diminuir a instabilidade econômica, haveria risco da eleição de Lula, do PT. O entrevistado, bastante objetivo, responde que “o resultado das eleições municipais foi um reflexo da escalada inflacionária” e que a eleição de Lula “não está fora de propósito”. Sem tom, contudo, foi muito mais técnico e menos ideológico do que a entrevistadora.

4 EDIÇÃO 1084 – 21 DE JUNHO DE 1989: ROBERTO CAMPOS

Roberto Campos nasceu em Cuiabá, em 17 de abril de 1917, e faleceu em 9 de outubro de 2001. Sua extensa biografia o faz ser um exemplo tanto para seus admiradores, quanto para seus adversários. Foi economista, político e diplomata. O repórter da *Veja*, Tales Alvarenga, o apresentou como “opponente da esquerda no campo das receitas econômicas”, demonstrando claramente sua linha ideológica. O título da entrevista é “Um país fora de moda”.

Inicialmente, Alvarenga questiona o motivo da impossibilidade governamental em vencer a inflação. De acordo com Campos:

Para combater a inflação, Brasília se valeu do instrumento mais brutal e mais fracassado de intervencionismo, que é o congelamento de preços. Essa linha de combate equivocada explica por que a inflação está de volta. [...] Há quarenta séculos de experiência negativa neste terreno. O congelamento de preços só tem operado em períodos de guerra, quando aliado ao racionamento, ou então como simples complemento de uma política de austeridade monetária e fiscal. No Brasil, o que está faltando é justamente essa política de austeridade (VEJA, 21 jun. 1989, p.5)

Com o intuito de vencer a inflação, o governo brasileiro, a partir de meados da década de 1980, tentou uma série de planos econômicos, todos eles caracterizados como heterodoxos. A alcunha emanava dos métodos altamente dissonantes da tradição econômica do pensamento dominante de lidar com o descontrole de preços. Uma das justificativas para isso, era que o processo inflacionário no Brasil tinha uma dinâmica particular e diferente dos processos inflacionários inerciais conhecidos.

Após o fracasso do gradualismo, adotado entre 1985 e 1986 (MODIANO, 1990), o governo decretou um novo Plano de Estabilização: O Plano Cruzado. Ele continha, dentre suas inúmeras reformas, o congelamento de preços. A ideia do congelamento de preços é, de uma forma compulsória e formal, travar o índice de inflação em um determinado patamar. De acordo com Bresser Pereira:

A consequência necessária deste tipo de teoria sobre inflação é que os instrumentos convencionais – monetarista ou keynesiano – para combater a inflação não funcionarão enquanto prevalecerem altos níveis de inflação inercial. A política básica para controlar tal inflação terá de ser administrativa. Nessas circunstâncias, restam duas alternativas de políticas administrativa para o formulador de política econômica: uma gradual, baseada em controles de preços, visando uma taxa declinante de inflação, ou um congelamento de preços, um choque heterodoxo (BRESSER PEREIRA, 1988, p.48).

Em 12 de junho de 1987, outra experiência heterodoxa: O Plano Bresser. Um pouco diferente em suas aspirações do Plano Cruzado – não buscava zerar a inflação, mas sustentá-la em um patamar baixo – incluiu em seu rol de novas reformas mais um congelamento de preços. Em dezembro de 1987, 6 meses após a adoção do plano, a inflação oficial estava no patamar de 14%, demonstrando a falência do pacote e a incapacidade do congelamento de preços em lidar com a inflação crônica brasileira (MACARINI, 2009).

Alvarenga concentra sua próxima pergunta em relação as eleições presidenciais no Brasil em 1989. Ele pergunta se, com a eleição do novo presidente da República, as coisas mudariam. Campos responde:

As perspectivas não são muito boas. Basta dizer que o Leonel Brizola não tem uma ideia nova há trinta anos. Eu o conheci 35 anos atrás, desapropriando empresas estrangeiras, transferindo para o exterior a culpa por nossos males, pregando o capitalismo de Estado e propondo soluções populistas. Até hoje, não vejo diferença nele. Luís Inácio Lula da Silva baseia sua mensagem num conceito negativo, o de luta de classes, ideário já abandonado até mesmo nos países socialistas. Lula, além disso, acentua a transferência de culpa para diabos externos, como a dívida e as multinacionais[...] Collor é um fenômeno eleitoral inédito na História do Brasil. Descobriu intuitivamente um samba com duas notas de grande sonoridade: a tônica do moralismo, através do combate ao marajá, e atônica da renovação, através da oposição ao governo Sarney. Suas ideias na TV sobre privatização, investimentos estrangeiros e enxugamento do Estado parecem modernas, mas não conheço seu programa e nem sei se combaterá obsessivamente a inflação, que, se não debelada, inviabilizará qualquer outro objetivo. [...] [Ulysses Guimarães] seu desinteresse pelos assuntos econômicos é alarmante. Como político profissional, interpreta a economia como um mundo onde se requisitam recursos, e não um mundo

onde se tem de competir por recursos. Falta-lhe a visão essencial de que a economia é a administração da escassez (VEJA, 21 jun. 1989, p.6).

Percebemos, assim, o pessimismo do entrevistado em relação ao futuro presidente do Brasil. Por um lado, conceituou a esquerda como um grupo de ideias negativas e retrógradas, com eficácia natimorta – vide a experiência socialista – culpando o mundo externo pela inabilidade em prover crescimento e desenvolvimento econômico para seus cidadãos. Por outro, acusa a situação – centrada do ponto de vista ideológico – da incapacidade de entender a importância dos assuntos econômicos no cotidiano, devido a lacuna em seu programa de governo. Por último, é desconfiado em relação a surpresa eleitoral de 1989. Alvarenga aproveita o ensejo e questiona quais seriam as ideias de Campos para o Brasil. Sua resposta:

Acho que o Brasil precisa de duas visões mobilizadoras. A primeira é a do capitalismo democrático, quer dizer, o casamento da democracia política com a economia de mercado, isso que se chama de neoliberalismo. A segunda visão está na integração do país no mercado mundial. O Brasil não faz nenhuma dessas duas coisas e está fora da corrente do progresso. Nosso país não apresenta hoje as características essenciais da modernidade, visíveis em todo o mundo e, de maneira notável, na próspera franja asiática. Essas características se centram sobre alguns princípios – privatização, desregulamentação da economia, abrandamento fiscal e integração no mercado mundial. O Brasil faz tudo ao contrário. [...] No Brasil, o Estado se infiltra em toda a vida produtiva para atrapalhar. Criam-se obstáculos inimagináveis à importação, exigindo-se licença prévia para a compra no exterior de 1500 produtos, numa de 2800, quando essa licença é uma coisa em desaparecimento no mundo, até mesmo na América Latina. O México, por exemplo, exige licença prévia para a importação de apenas meia dúzia de produtos. No Brasil, inventam-se ainda dificuldades enormes para a entrada do capital estrangeiro, como se estivessemos nadando em dinheiro. Protegem-se certos setores, como a informática, da concorrência externa – e o que resulta disso é que o consumidor tem de engolir produtos de qualidade inferior e preço superior aos do mercado internacional. Há algum tempo, a participação do Brasil no comércio internacional era de 1,3%. Nos anos 80, nossa fatia caiu para menos de 1% (VEJA, 21 jun. 1989, p. 6, grifos nossos).

O neoliberalismo – liberalismo neoclássico – refere-se ao ressurgimento do liberalismo econômico, evento recorrente desde 1970. Em síntese, o neoliberalismo associa a economia do *laissez-faire* a uma filosofia social essencialmente conservadora. Essa onda iniciou-se nos países onde o capitalismo estava mais desenvolvido – EUA e Inglaterra – respectivamente nos governos de Ronald Reagan (1981-1989) e Margareth Thatcher (1979-1990). Contudo, não se restringiu a eles.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, várias nações do mundo adotaram o receituário keynesiano como política econômica somada a uma política social de ampla proteção social, cuidando do cidadão “do berço ao túmulo”, o chamado Estado de Bem-estar Social (*welfare state*). Em idos de 1970, por inúmeros fatores¹¹, essa rede foi aos poucos sendo desmantelada e o keynesianismo questionado (PADRÓS, 2000).

Assim, de forma ativa, os governos dos países centrais implantaram novas reformas econômicas: privatizações, diminuição do alcance das políticas sociais, liberalizações econômicas, desregulamentação financeira, entre outras medidas. A essência deste movimento é permitir ao mercado a alocação dos recursos produtivos, eliminando, de acordo com eles, a excessiva intervenção governamental, que, ao final, não é eficiente. Todo esse arcabouço econômico teve sua justificativa ideológica ratificando o papel único do indivíduo, a importância da meritocracia e a crítica ao peso do Estado. De certa forma, o neoliberalismo corresponde a um fundamentalismo de mercado, já que este último é interpretado, em termos práticos e morais, como superior ao governo e a toda forma de controle político (HEYWOOD, 2010).

Sobre os princípios elencados por Roberto Campos – sintetizando a própria proposta neoliberal - eles transformaram-se, em 1989, no conhecido Consenso de Washington (CW), uma cartilha instituída por uma gama de economistas internacionais, admitindo que ali estariam todas as normas e assertivas acerca dos fundamentos para uma economia que desejasse banir as crises fiscais e alcançar o crescimento sustentável (WILLIAMSON, 2004).

Roberto Campos, em determinado momento da entrevista, faz uma curiosa afirmação:

Para começar, no Brasil nem mesmo existe capitalismo. O capitalismo pressupõe três coisas: liberdade de acesso ao mercado, sistema de preços e regras estáveis de direito. Não temos isso (VEJA, 21 jun. 1989, p.6).

Indubitavelmente essas três características – pelo menos na sua forma plena – não estavam presentes na economia brasileira.

¹¹ Para mais informações ver PADRÓS, E. R. Capitalismo, prosperidade e Estado de Bem-estar Social. In: Reis, Daniel Aarão Filho; Zenha, Celeste. *O século XX – o tempo das crises. Revoluções, fascismos e guerras*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Primeiramente, a liberdade de acesso ao mercado, principalmente em 1989, era bastante obstaculizada. Não só havia o entendimento que certos setores são estratégicos e devem ser protegidos, como a reserva de mercado é uma forma de defender o ambiente interno e os empregos brasileiros. Segundo vários teóricos, esse tipo de ação protecionista pode gerar problemas - passando por uma menor concorrência e oferta de produtos de primeira linha no território, até sua influência no controle de preços, já que as empresas nacionais não têm motivação mercadológica para baixar ou manter os preços em determinados patamares por trabalharem em mercados mono ou oligopolizados – opondo-se a teoria Ricardiana das Vantagens Comparativas. Mas não podemos esquecer como os atuais apologistas do livre comércio, em períodos não tão passados, defenderam seus mercados com unhas e dentes e, até hoje, não abrem concorrência em setores estratégicos; ou, se abrem, as empresas nacionais recebem vultosos subsídios governamentais.

Em segundo lugar, sobre o sistema de preços, é bastante claro como a inflação crônica deste período resulta em distorções econômicas. Em primeiro lugar, sobre o balanço de pagamentos, através das diferenças de preços internas e externas e seus reflexos nos saldos comerciais; em segundo lugar, sobre o mercado de capitais, já que o valor da moeda deteriora-se rapidamente há um desestímulo nas aplicações pré-fixadas; sobre as expectativas empresariais, onde a falta de ancoragem nos preços nubla as previsões dos empreendedores, prejudicando a obtenção dos lucros e inibindo investimentos; e por último, na distribuição da renda, pela redução relativa do poder aquisitivo das classes que dependem de rendimentos fixos, que possuem prazos legais de reajuste. (VASCONCELOS, 2011).

Por último, as regras estáveis de direito: o ponto nevrálgico. O Estado deve sempre garantir o cumprimento dos contratos. Não há ambiente favorável ao comércio e a atividade empreendedora se não houver um claro compromisso da autoridade estatal com as diretrizes e normas do sistema jurídico. Mas, aparentemente no Brasil, a confiança na mera aprovação e inscrição das regras sobrepujou sua fiscalização e cumprimento. Denominamos essa dinâmica *overregulation-underfiscalization*. Esclarecemos: nos preocupamos mais em legislar e incluir nos diversos dispositivos jurídicos as intermináveis normas e regras que permeiam as atividades econômicas que esquecemos de fazê-las serem cumpridas. O resultado é um país com diversas emendas constitucionais, portarias, leis-

ordinárias – provavelmente a nação com mais regras discriminadas – onde, na prática, elas funcionam como meras sugestões, prejudicando quem preocupa-se em atendê-las, já que não são todos que o fazem. Ademais, essa dinâmica de *overregulation-underfiscalization* transborda do ambiente econômico para todas as facetas da vida cotidiana brasileira. Resultado: temos um estado altamente burocratizado, lento e obstaculizante. Corroborando essa afirmação, Roberto Campos, ao citar fatores positivos no cenário econômico-político brasileiro em 1989, argumenta:

É a constatação de que a doença do Brasil está predominantemente no setor público. O setor privado está relativamente capitalizado. Nota-se, além disso, que a empresa reage bem aos desafios que enfrenta. Ela se mostra flexível num ambiente desfavorável. As safras agrícolas e o surto exportador são provas de flexibilidade. O coeficiente relativamente baixo de desemprego é outra prova. Também se deve mencionar o surgimento de uma economia informal (VEJA, 21 jun. 1989, p.8).

Por fim, Roberto Campos mostra-se um otimista com a globalização, com os blocos econômicos e com o comércio internacional, creditando a este um papel essencial para o crescimento e desenvolvimento econômico de qualquer nação. Respondendo ao repórter Tales Alvarenga, ele argumenta que, “dentro de algum tempo, o país que continuar desgarrado de uma unidade maior estará condenado a ficar para trás” e emenda que, caso voltasse ao ministério da Fazenda “daria um choque de liberdade na economia, para começar. E aplicaria uma política de austeridade monetária e fiscal. Eu procuraria congelar as emissões de moeda em vez de congelar os preços” (VEJA, 21/06/1989, p.8).

Para o bem ou para o mal, todas estas medidas foram implementadas pelo vencedor das eleições de 1989 – Fernando Collor de Mello - excluindo o congelamento das emissões de moeda, que foi substituída por outra política heterodoxa: o confisco das poupanças.

5 EDIÇÃO 1110 – 24 DE DEZEMBRO DE 1989: MAÍLSON DE NÓBREGA

Maílson Ferreira da Nóbrega nasceu em 14 de maio de 1942 na cidade de Cruz do Espírito Santo, Paraíba. Formou-se em Economia em 1974, pela Faculdade de Ciências Econômicas Contábeis e de Administração do Distrito Federal (CEUB). Em dezembro de 1989, Maílson foi entrevistado pela repórter da revista *Veja* Rita Medeiros. Na apresentação, a colaboradora da revista não deixa dúvida aos leitores

sobre os predicados do ministro da Fazenda da época: sensato, técnico, bem preparado e um administrador correto. Não obstante todas as suas virtudes, a inflação estava alcançando a casa dos 50% ao mês, evidenciando a derrota dos esforços de debela-la. Com a eleição do governo Collor, a saída do ministro era praticamente certa. O título da entrevista é “Sair é um alívio”.

Após algumas amenidades, Rita questiona sobre o legado que Maílson deixará para o novo ministro: uma quase hiperinflação. De acordo com ele:

Acho que fiz o melhor que podia dentro das circunstâncias em que se encontra a economia brasileira. É claro que o índice alto de inflação me incomoda. Ocorre que isso não dependia apenas de mim, mas de um conjunto de reformas que tentamos fazer, sem sucesso. Este é o grande fracasso – o de não ter conseguido mobilizar politicamente o Congresso Nacional e segmentos importantes da sociedade para apoiar essas reformas de que o Brasil precisa para retomar o seu desenvolvimento. [...] A inflação brasileira é alta, preocupante e não pode continuar nesse nível por muito tempo, porque senão ela inviabiliza a economia, desorganiza o país e cria sérios problemas na área social e política. Mas ainda é possível, durante um certo tempo, manter a economia funcionando, mesmo a essas taxas absurdas de inflação, porque nós temos um sistema de indexação que evita perdas muito grandes para todo mundo (VEJA, 20/12/1989, p.5, grifos nossos).

A inflação brasileira, principalmente a partir de julho de 1989, entrou em um processo de crescimento exponencial. A tabela a seguir mostra a evolução do índice de preços do consumidor (IPC):

Tabela 1 - Taxas mensais e acumulada de inflação (IPC) no Brasil - 1989

Meses	Taxa Mensal (%)	Taxa Acumulada no Ano (%)
Janeiro	70,28	70,28
Fevereiro	3,6	76,41
Março	6,09	87,15
Abril	7,31	100,83
Maiο	9,94	120,8
Junho	24,83	175,62
Julho	28,76	254,89
Agosto	29,34	359,01
Setembro	35,95	524,03
Outubro	37,62	758,8
Novembro	41,42	1114,5
Dezembro	53,55	1764,86

Fonte: IBGE.

A despeito deles, o curioso na resposta de Maílson é que ele credita o fracasso do combate à inflação não a questões técnicas, mas a questões políticas. De fato, muitas discussões econômicas encontram pontes ou barreiras na política. A própria *Ciência Econômica* transformou-se durante o tempo e hoje possui uma expressão técnica e que busca dissociação do fundo político. Mas nem sempre foi assim. Na verdade, ela nasceu *Economia Política* e, como a própria denominação acusa, não havia separação destes campos, pois os autores e ideólogos julgavam impossível a cisão. Apenas com o advento da Escola Neoclássica, em meados do século XIX, principalmente na figura de Alfred Marshall¹², essas facetas foram separadas.

Medeiros pergunta a Maílson o que deverá acontecer na prática para que o futuro ministro da Fazenda seja bem-sucedido. De acordo ele:

Será necessário fazer um corajoso plano de reforma que, se não elimine, pelo menos reduza todas as ineficiências do setor público, os desperdícios, a existência desnecessária de certos órgãos. Com isso, o Estado gastará menos, mas ainda é pouco. Ele precisará também arrecadar mais. Desde meados da década de 70, a carga tributária caiu de um valor igual a 26% do PIB para 21%. A inflação se encarregou de levar um pedaço da arrecadação. Ela também levou grande parcela da atividade econômica a fugir para o mercado informal, que não paga impostos. Isso precisa mudar. Não é necessário sequer aumentar impostos para arrecadar mais. O próprio estabelecimento de um clima de confiança, com a redução das incertezas sobre os rumos da economia e do país, faz com que muitas das atividades econômicas que estão na informalidade, passem para o setor formal. Finalmente, é preciso arranjar uma solução mais adequada para o pagamento dos juros da dívida externa (VEJA, 24 dez. 1989, p.6, grifos nossos).

¹² A contribuição de Marshall ao progresso da ciência econômica é, sem dúvida, de importância histórica. Herdeiro da rica herança intelectual dos economistas e pensadores dos séculos XVIII e XIX, tanto da Grã-Bretanha quanto do resto do continente europeu, exímio matemático, versado em Ciências Naturais, Filosofia, História e clássicos da Antiguidade greco-romana, Alfred Marshall sistematizou e quantificou o material de Adam Smith e Ricardo, complementando-o e tornando seus princípios e conceitos “operacionais”, ou seja, na linguagem tecnológica de hoje, “reciclou-os”, tornando-os “computáveis”. Inovando ou simplesmente sistematizando em matéria doutrinária e de metodologia da análise econômica, procurou despojar a Economia Política ortodoxa de seu pretense dogmatismo, universalidade e intemporalidade, submetendo seus postulados a um rigoroso tratamento científico, especialmente diagramático e matemático, sendo considerado, a justo título, um dos precursores, com Cournot e Walras, do que hoje chamamos de Econometria. Marshall contribuiu, também, e sobretudo, para reabilitar e humanizar a Economia Política que, no curso da Revolução Industrial, criara um mítico *homo economicus*, lobo de seu semelhante, movido exclusivamente pelo interesse pessoal na luta pela sobrevivência do mais forte, num “darwinismo social” impiedoso e incessante (MARSHALL, 1996, p.6).

Maílson de Nóbrega mencionou um ponto importante: o crescimento do setor informal em tempos de crise e desarranjo econômico. Antes de tecermos considerações sobre isso, é necessário conceituar a informalidade. Smith (1994, p.22) a define como “produção de bens e serviços baseados no mercado, legal ou ilegal, que escapa da detecção das estimativas oficiais do Produto Interno Bruto”; Feige (1994, p.8) a conceitua como “toda atividade que contribui para o cálculo oficial ou observado do Produto Interno Bruto mas não são correntemente registradas”; De Soto (1989, p.67) a define como “um conjunto de unidades econômicas que não cumprem as obrigações impostas pelo Estado, no que se refere aos tributos e à regulação”.

Os especialistas indicam como principais fatores para o crescimento da economia informal tanto questões econômicas, quanto sociais e psicológicas: a majoração contínua da carga tributária; o crescimento da regulação na economia oficial, em particular do mercado de trabalho; altos índices de desemprego; inflação e seu caráter desorganizador e deteriorador de expectativas; declínio da percepção de justiça e lealdade patriótica; redução do índice de moralidade e aumento do percebimento de corrupção (RIBEIRO, 2010).

Portanto, levando em consideração as características da economia brasileira em 1989, podemos supor, mesmo com sérias dificuldades de mensuração, que o ministro tem razão quando afirma que uma diminuição da economia informal brasileira traria resultados benéficos para a arrecadação tributária.

Rita Medeiros pergunta para Maílson o que ele entende por reforma de Estado. De acordo com ele:

O Estado precisa ter seu papel redefinido no Brasil para que sejamos um país moderno. Em vez de interferir na economia, em vez de criar e proteger cartórios formados por empresas, o Estado deve cumprir sua verdadeira função. Ele tem de atuar em áreas em que é insubstituível, como saúde, educação, transportes, diplomacia. É para essa direção que estão caminhando os países modernos. Até mesmo os países socialistas estão concordando com isso e alterando seus rumos. No Brasil, o Estado teve um papel importante: sustentou o desenvolvimento nacional no período que vai dos anos 30 aos anos 70. Hoje, no entanto, segmentos da sociedade brasileira se dão conta de que o Estado tornou-se um estorvo ao desenvolvimento. Por um lado, ele nutre a burocracia das empresas estatais, que recebe salários acima do razoável. Por outro, o Estado protege a ineficiência de certas empresas privadas que se abrigam debaixo de suas asas para fugir da concorrência e dos desafios naturais a qualquer economia capitalista. Essa percepção do Estado como entidade desvirtuada existia antes apenas entre sociólogos, economistas e cientistas políticos.

Hoje, ela já está cegando ao homem da rua (VEJA, 24 dez. 1989, p.6, grifos nossos).

Maílson deixa bastante claro seu juízo em relação às funções do Estado. Por um lado, em áreas chaves, como saúde, transportes e educação, a atuação estatal serve para prover a população serviços mínimos de assistência médica e garantir às pessoas acesso livre ao ensino e o direito de ir e vir com qualidade. Para ele, nas outras áreas, a atuação do Estado não é salutar: muito pelo contrário. Com o passar do tempo ela tornou-se um empecilho e um entrave ao crescimento e desenvolvimento econômico. Dessa forma, em 1989, o Estado era, de acordo com ele, uma entidade desvirtuada de seus reais propósitos. Essa reforma do Estado proposta por Maílson, mesmo não aderindo de forma cabal a ortodoxia e a todo receituário neoliberal, tem algumas raízes comuns, principalmente quando as propostas são caracterizadas como técnicas:

No mundo inteiro, privatização e déficit público começaram a se desligar do seu componente ideológico. Na Espanha, Felipe González ironiza dizendo que o déficit público não é de direita nem de esquerda – é apenas déficit. Hoje, o programa espanhol de privatização é semelhante ao que se faz na Inglaterra. Margaret Thatcher é ultraconservadora e Felipe González socialista, mas eles atuam de uma maneira parecida quando procuram combater o déficit e a inoperância do Estado. No Brasil, privatização ainda é encarada pelo prisma ideológico, mas tenho certeza de que chegará logo o dia em que discutiremos até mesmo a privatização de símbolos como a Petrobrás e o Banco do Brasil. Por que não? (VEJA, 24 dez. 1989, p.8, grifos nossos).

Indubitavelmente, o processo de privatização deve ser visto com cautela. Por um lado, há claras vantagens da transferência de propriedade para a esfera privada, na medida em que, com uma administração profissional e centrada para a acumulação de resultados, há um expurgo de práticas politiqueras e uma desburocratização geral nas dinâmicas empresariais, enxugando a máquina pública e majorando a formação de receitas. Por outro, a desestatização, caso seja uma opção política, deve processar-se de forma transparente e atendendo a consultas públicas, concentrando-se em empresas não-estratégicas. Independentemente de como a privatização é caracterizada, ela é parte importante da cartilha do Consenso de Washington, da qual o entrevistado por *Veja* faz eco.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ciência Regional, nascida do imbricamento da Economia Espacial, da Geografia, da Sociologia, da Ciência Política e da Antropologia, tem como variáveis chaves o desenvolvimento – que de acordo com o verbete escrito por Sergio Boiser para o Dicionário de Desenvolvimento Regional, estaria vinculado à autoconfiança coletiva, e isso em termos de “capacidade para inventar recursos, movimentar aqueles já existentes e agir em forma cooperativa e solidária, desde o próprio território” (BOISER, 2006, p. 69) – e o território – que em verbete escrito por Valdir Dallabrida, para a mesma obra, indica “uma fração do espaço historicamente construída através das inter-relações dos atores sociais, econômicos e institucionais que atuam nesse âmbito espacial” (DALLABRIDA, 2006, p. 161). O desenvolvimento regional é, desta forma, o estudo da relação entre o resultado da sobreposição destas ciências no território e, de maneira análoga, como também o próprio território influencia no desenvolvimento.

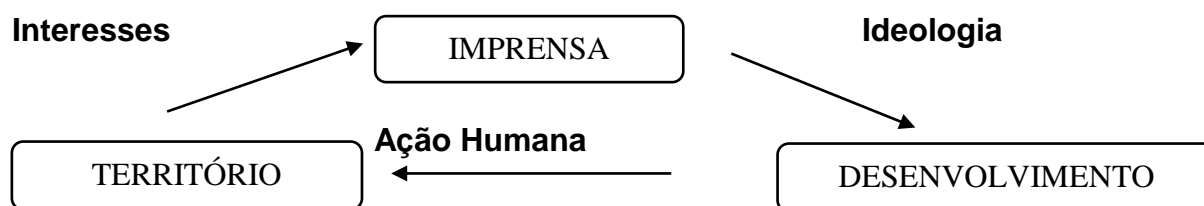
Em pouco mais de sessenta anos, o estudo da ciência regional difundiu-se em diversos espaços científicos e medrou capilaridade e alcance, inaugurando novos campos do saber. O advento da modernização tecnológica e seu impacto na interação humana, revolucionou a produção econômica e o debate político, impactando sobremaneira em setores específicos. Nunca foi tão importante a cooptação de valores e o poder de convencimento a fim de angariar o apoio das pessoas.

A imprensa – principalmente a chamada *imprensa* hegemônica – certamente vem construindo, ao longo do tempo, narrativas sobre os processos de desenvolvimento nacional, regional e local, o que lhe confere uma dimensão de intrusão nos processos de poder e, assim, na transformação do território.

O dilema surge na medida em que, assim como qualquer setor inserido na produção material de riqueza e sua distribuição, ela possui interesses próprios. Por sua vez, o tipo de desenvolvimento defendido pela imprensa acaba, no limite, por ter expressão no(s) território(s), já que a própria ação humana, força motriz no desenvolvimento, é influenciada pelo direcionamento ideológico/discursivo da própria imprensa.

Dessa forma, podemos pensar no seguinte esquema:

Figura 1 - Esquema elaborado



Fonte: autores.

Como já afirmado, a grande imprensa vem possuindo, ao longo do tempo, um papel de destaque no debate político, social e cultural. Devido aos seus interesses particulares, ela assume uma determinada plataforma política, assegurando e publicizando seu cimento ideológico como vetor da verdade, produzindo e divulgando informações. Essas referências influenciam as pessoas, seja as que voluntariamente procuram dados e notícias, sejam as expostas de forma geral aos veículos da grande imprensa. Essa dinâmica garante um tipo específico de ação social por parte da população, imbuída desse influxo informacional despejado e absorvido. Assim, as interações humanas acabam imprimindo uma espécie particular de desenvolvimento, infundido com valores, crenças e direcionamentos apropriados. A ação humana modifica e altera as próprias relações sociais, políticas, econômicas nas quais os seres humanos compartilham entre si. Por último, o território, expressão material e concretude máxima do resultado da ação humana, vai refletir essas novas práticas sociais. E assim, ele próprio vai emanar e agremiar novas ligações político-econômicas e socioculturais, sendo a produção e distribuição da riqueza criada uma dessas facetas. Logo, neste novo mosaico, há uma nova configuração de interesses.

Este artigo demonstrou como esse processo se deu em um semanário particular no Brasil em 1989. A revista *Veja*, uma das mais lidas e, por conseguinte, com alto poder de formação de opinião, claramente não organizou um debate imparcial de ideias e livre de interesses. Conforme grifado e comentado em cada ocorrência, a própria qualidade dos repórteres era questionável, com episódios em que a própria pergunta já enviesava a resposta. Alguns claramente não buscavam interpelar, polemizar ou trazer um contraponto a posição do entrevistado, afim de buscar a solidez das suas respostas e das suas convicções. Essa prática empobrece o material e descaracteriza uma crucial característica que toda

publicação deveria manter: a coerência. Sem dúvida o trabalho da imprensa é importantíssimo, na medida em que as pessoas, quando buscam insumos para construir suas decisões que acabam por formar sua ação, acreditam que as análises, as opiniões e os discursos proferidos são elaborados através de critérios e embasados buscando o mínimo de interferência e parcialidade. Não há problema nenhum em uma publicação defender uma forma de desenvolvimento e publicizar isso. A questão é quando ela apresenta-se como imparcial e promotora de discussões técnicas e estéreis do ponto de vista ideológico.

De modo geral, todos os setores organizados da sociedade possuem interesses e acabam por defendê-los. Além das características modernas do Estado Democrático de Direito, construído sobre o equilíbrio tripartite de seus poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – a própria mídia pode ser caracterizada como um suposto “quarto poder”. Com o desenvolvimento das tecnologias e a expansão massiva das informações, o peso dos veículos de notícias em todas as questões que tangem a sociedade civil e o Estado acabam podendo ser expostos e direcionados. Na medida em que escolhem levar “ao ar”, ou escrever a respeito de algum assunto é uma decisão consciente e voluntária, e assim os espaços cativos nos diversos meios de comunicação tornam-se vitrines. Acontecimentos são ou não mostrados; eventos são ou não comentados; episódios são ou não descritos. Toda a publicização acaba passando no crivo de grandes grupos midiáticos que podem ou não dar a devida atenção a determinada ocorrência, seja enfatizando-a ou minimizando-a. Dessa forma, em um mundo cada vez mais conectado, o controle de tal dinâmica rivaliza com os poderes legalmente constituídos, podendo até superá-los, tornando-se um Poder Moderador.

A mídia foi criada com objetivos de disseminar novas formas de comunicação livre e franca entre as pessoas. Com o passar do tempo, fortaleceu-se tornando-se uma peça institucional basilar em qualquer sociedade democrática, republicana e moderna. Nos últimos tempos, entretanto, enquanto arquiteta de subjetividades e formadora de opinião, ganhou relevância política e força econômica. Dessa forma, acaba fiscalizando os outros poderes constituídos e equilibrando a balança, assumindo papel ativo na formação e desenvolvimento das regiões. Entretanto, por tudo que foi debatido e demonstrado, fica o questionamento: quem fiscaliza a mídia?

REFERÊNCIAS

BENKO, G. **A Ciência Regional**. Oeiras: Celta. 1998.

BRAGHINI, K. M. Z. Revista Realidade: Edição especial “A Juventude Brasileira, hoje”. **Educar em Revista**, Editora UFPR, Curitiba, n. 51, p. 311-320, jan./mar. 2014.

BRESSER PEREIRA, L. Os dois congelamentos de preços no Brasil. **Revista de Economia Política**, v.8, n. 4, out./dez. 1988.

BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia**: a escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1991.

CORRÊA, T. S. A era das revistas de consumo. In: LUCA, T.G, MARTINS, A. L.(Org) **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p.207-232.

CLAVAL, P. **Régions, Nations, Grandes Espaces**. Paris: Génin.1968.

FICO, C. **História do Brasil contemporâneo**: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto.2015.

FOURISTIE, J. **Les Trente Glorieuses**: ou, La Révolution Invisible de 1946-1975. Paris: Fayard, 1979.

FRIEDMAN, M. **Episódios da História Monetária**. Rio de Janeiro: Record. 1992.

GARCIA, M. E; VASCONCELOS, M.A.S. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva. 2011.

HEYWOOD, A. **Ideologias políticas**: do liberalismo ao fascismo. São Paulo: Ática, 2010.

ISARD, W. **Introduction to Regional Science**. Englewood Cliffs, N.J: Prentice Hall. 1975.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MACARINI, J. P. A política econômica do Governo Sarney: os Planos Cruzado (1986) e Bresser (1987). **Textos para Discussão**. IE/UNICAMP, n.157, mar. 2009.

MIRA, M. C. **O leitor e a banca de revistas**: a segmentação da cultura no século XX. São Paulo: Olho d'Água, 2001.

MODIANO, E. A Ópera dos Três Cruzados: 1985-1989. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso – Cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

PADRÓS, E. R. Capitalismo, prosperidade e Estado de Bem-estar Social. In: REIS, Daniel Aarão Filho; ZENHA, Celeste. **O século XX – o tempo das crises**. Revoluções, fascismos e guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. (v. 2).

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e o lugar da história. In HERSCHMANN, Micael; MESSEDER, Carlos Alberto (Org.). **Mídia, memória e celebridades: estratégias narrativas em contextos de alta visibilidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2005.

SCHUMPETER, J.A. **A teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural. 1982.

SILVA, L. C. A direita e sua imprensa: o papel da revista Veja. In: DEMIER, Felipe; HOVELER, Rejane (Org). **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

VASCONCELOS, M.A.S. **Economia**: Macro e Micro. São Paulo: Atlas. 2011.

WILLIAMSON, John. **Depois do Consenso de Washington**: Uma Agenda para reforma econômica na América Latina. Disponível em <http://www.iie.com/publications/papers/williamson0803.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2017.